

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Novaes Luna, Iúri
SERES HUMANOS, TRABALHO E UTOPIAS
Psicologia & Sociedade, vol. 19, núm. 1, 2007, pp. 7-13
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326396003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SERES HUMANOS, TRABALHO E UTOPIAS

Iúri Novaes Luna

Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

RESUMO: O presente ensaio teórico expõe visões de autores selecionados, em períodos históricos distintos, sobre os seres humanos e suas relações sociais e indica como algumas dessas visões ajudam a explicar e legitimar a existência e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, enquanto outras levantam possibilidades de transformação social. Em seguida, apresenta as idealizações de modelos sociais de Platão, em “*A República*”, de Thomas More, em “*A Utopia*”, e de Saint-Simon, Owen e Fourier, denominados “socialistas utópicos”. A compreensão das diferentes concepções de homem e dos projetos sociais nelas fundamentados, pode enriquecer e localizar historicamente pesquisas sobre a atual configuração do mundo do trabalho e a situação dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: modelos de homem; natureza humana; utopia; Sociologia do trabalho; Psicologia do trabalho.

HUMAN BEINGS, WORK AND UTOPIAS

ABSTRACT: The present theoretical essay presents the views of selected authors from distinct historical periods, about human beings and their social relations and indicates how some of these views help to explain and legitimate the existence and the development of the capitalist way of production, while others raise possibilities for social transformation. It presents the idealizations of social models of Plato in “*The Republic*”, Thomas More in “*The Utopia*”, and the “utopian socialists” Saint-Simon, Owen and Fourier. The comprehension of the different concepts of man and of the social projects based on them can enrich and historically locate researches on the current configuration of the world of labor and the situation of workers.

KEYWORDS: concepts of man; human nature; utopia; Sociology of Labor; Psychology of Work.

Quais são as possibilidades de mudanças sociais considerando as relações entre os trabalhadores e as forças produtivas? Até que ponto a história dos homens é fruto do planejamento racional, traçado com base nos interesses conscientes de determinados indivíduos? Estudos a respeito de questões tão complexas correm o risco de resultar em textos cuja amplitude compromete suas intenções iniciais. Contudo, deixá-las de lado nas pesquisas sobre as relações entre os homens, o trabalho e a sociedade contemporânea pode significar, por sua vez, a aceitação incondicional do determinismo histórico-social. Assim, o texto que segue apresenta idealizações de modelos sociais construídas em diferentes períodos históricos, em alguns casos denominadas utopias,¹ e aponta as concepções a respeito dos seres humanos que correspondem a cada uma delas.

Quanto à capacidade de criar modelos ideais, a imaginação configura-se como uma característica fundamental que distingue os seres humanos dos outros seres vivos que habitam a Terra (Marx, 1867/1968). Expressões utópicas, assim, não são privilégios de sociedades letradas; anseios utópicos já existiam em sociedades iletradas e igualitárias, representados em mitos, lendas e crenças religiosas (Güttler, 1994). A imaginação possibilita aos indivíduos tanto apreciar e significar o passado, como construir idealmente cenários futuros que se pretende alcançar e traçar as estratégias para tanto. Se o plano será, de fato, realizado, é outra

questão, que depende de uma série de variáveis que se encontram envolvidas em cada situação particular. Neste sentido, o processo de trabalho, enquanto transformação da natureza orientada por projetos humanos, assume uma posição central.

Toda concepção de transformação social encontra-se sustentada em uma determinada compreensão a respeito do ser humano e de sua relação com a sociedade. Assim, o fracasso de projetos sociais frequentemente pode ser atribuído ao fato dos indivíduos não se sujeitarem às idéias dos criadores de tais projetos; ou seja, sociedades planejadas não obstante se configurem como cenários perfeitos para os seus idealizadores, podem ser, por outro lado, em grande parte imperfeitas para as demais pessoas.

Natureza Humana e Sociedade

No que se refere às visões sobre os seres humanos e suas relações sociais é possível identificar posições diferentes e, muitas vezes, contraditórias. Algumas delas ajudam a explicar e legitimar o nascimento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, enquanto outras apresentam e questionam possibilidades de transformação social.

De acordo com a concepção de natureza humana, muitos pensadores atribuem aos homens determinada essência a priori, certo tipo de subjetividade autêntica, descolada

da vida concreta, que pode ser potencializada ou desvirtuada pela sociedade. Esta vertente engloba visões que vão desde a religião, passam por autores clássicos como Thomas Hobbes, Bernard Mandeville e Jean Jacques Rousseau, e chegam até os dias atuais com, por exemplo, a filosofia de Herbert Marcuse e a história de Paul Johnson. De forma diferente em relação aos autores supracitados, Norbert Elias (1940-1950/1994) questiona a essência humana como algo que diferencia os homens e os transforma em sujeitos individuais e problematiza a compreensão da sociedade enquanto ambiente externo.

Hobbes (1650/1983), filósofo e cientista político inglês, nos meados do século XVII preconiza a existência de um impulso original ou "começo interno" do movimento animal, para se aproximar do que lhe causa satisfação ou para fugir do que lhe desagrada. Esta força interna, denominada *conatus*, impulsiona o homem a vencer sempre e ultrapassar os outros, tendo em vista que superar quem está adiante é a felicidade. A vida em sociedade corresponde, no pensamento do autor, à manifestação de uma outra força, o instinto de conservação de si mesmo, quando implicado em um contrato de paz tácito entre os homens que prometa conservação. Hobbes (1650/1983) descreveu a vida humana, em grande parte, como uma corrida, cujo único objetivo é ser o primeiro.

Esforçar-se é apetite. / Enlanguescer é sensualidade. / Considerar quem está atrás, é glória. / Considerar quem está à frente, humildade. / Perder terreno olhando para trás, vanglória. / Ser impedido, ódio. / Voltar atrás, arrependimento. / Ter fôlego, esperança. / Estar cansado, desespero. / Esforçar-se para alcançar quem vai à frente, emulação. / Suplantar ou derrubar, inveja. / Resolver ultrapassar um obstáculo previsto, coragem. / Ultrapassar um obstáculo imprevisto, ira. / Ultrapassar com facilidade, magnanimidade. / Perder terreno por pequenos empecilhos, pusilanimidade. / Prostrar-se diante do imprevisto, é disposição para chorar. / Ver a prostração alheia, é disposição para rir. / Ver sobrepujado quem não se desejaria que o fosse, é piedade. / Ver o sucesso de quem não se desejaria que o tivesse, é indignação. / Segurar firmemente alguém é amar. / Conduzir quem assim se segura, é caridade. / Prejudicar-se por precipitação, é vergonha. / Ser continuamente sobrepujado, é miséria. / Sobrepujar continuamente quem vem logo adiante é felicidade. / E abandonar a corrida, é morrer (Hobbes, 1650/1983, p. 119).

Mandeville (1934, citado por Bianchi, 1988), em seus ensaios a respeito do poema "A fábula das abelhas" ("A colméia murmurante" ou "Os velhacos que se tornaram honestos"), redigido por ele em 1705, defende que os vícios privados não devem ser reprimidos, mas sim convertidos em benefícios públicos graças a uma boa administração. O autor entende que o ser humano nutre um amor natural pelo ócio, pela vagabundagem e pelos praze-

res sensuais: "acredito que o homem (além de pele, carne, ossos e tudo o que é evidente aos olhos) é um composto de várias paixões; que todas elas, provocadas e detonadas, governam o homem uma a uma, queira ele ou não" (1934, citado por Bianchi, 1988, p. 150).

Rousseau, iluminista francês (século XVIII), considerava os homens bons por natureza e capazes de viver em harmonia (mito do bom selvagem). Preconizava que as desigualdades e os conflitos sociais são frutos da apropriação privada da terra. Para este pensador, Deus criou a alma com majestosa simplicidade, porém ela se tornou irreconhecível depois de ter sido influenciada pelos conhecimentos e reflexões. O homem natural tinha necessidades simples e era o mais organizado entre os animais; nele, o que operava não era a razão. Ele era solitário e sua alma tinha realizações simples. De forma contrária a Hobbes, Rousseau acreditava que a natureza dotou todos os homens de piedade, sendo esta um instinto da espécie, que modera o amor próprio e faz com que cada um se identifique com os semelhantes. Para este autor, a vontade divina fez o homem bom; a evolução social o corrompeu (Rousseau, 1755/1988).

Marcuse (1941/1996), no artigo "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna", ao defender que a tecnologia pode, um dia, auxiliar na liberação dos homens em relação às atividades ligadas à produção material (reino da necessidade) e abrir espaços para a arena da livre realização humana, acredita, de forma diametralmente oposta a Hobbes e Mandeville, que os apetites e paixões da natureza humana são bons, belos e destinados a serem completamente fruídos. Em suas palavras,

A abolição das atividades competitivas poderia permitir ao eu desenvolver-se a partir de suas raízes naturais... Para além do reino da necessidade, as diferenças essenciais entre os homens poderiam desabrochar... Não mais acorrentado à eficiência competitiva, o eu poderia crescer no reino da satisfação. O homem poderia, nas suas paixões, encontrar-se consigo mesmo... Tal utopia não seria um estado de felicidade permanente. A individualidade 'natural' do homem é também a fonte de sua aflição natural... Os conflitos que podem surgir da individualidade natural dos homens podem não apresentar as características violentas e agressivas que foram frequentemente atribuídas ao 'estado de natureza'. Essas características podem ser as marcas da coerção e da privação (Marcuse, 1941/1996, p. 139-140).

O historiador e ensaísta contemporâneo Paul Johnson (2000) defende, em seu artigo intitulado "A humanidade tem capitalismo no sangue", o caráter natural do capitalismo enquanto peça orgânica no progresso humano. Para este autor inglês, a simples permissão para que homens e mulheres realizem coisas para eles mesmos redundaria no chamado sistema capitalista. Em outras palavras, a única

condição necessária para que o capitalismo floresça é a liberdade do empreendimento humano; logo, a intervenção governamental não é necessária. De fato, o capitalismo, segundo Johnson, é inevitável, a não ser que o governo pretenda, deliberadamente, impedir seu desenvolvimento. “O capitalismo deu certo porque combina com a índole da humanidade, transformando lentamente os métodos tradicionais e expandindo-se aos poucos” (Johnson, 2000, p. 163).

Orientado por outra perspectiva, Elias (1940-1950/1994), pensador alemão que possui como um dos principais fios condutores dos seus trabalhos a crítica da oposição clássica entre indivíduos e sociedade, aponta como a produção da consciência de si, da interioridade (individualização), ocorre através do processo social de transformação das comunidades primitivas simples em sociedades industrializadas complexas. O autor evidencia que a existência da representação de um eu separado e exterior à sociedade não existiu em todas as épocas nem em todas as sociedades.

Para desnaturalizar a imagem do eu apoiada na idéia de um interior separado do mundo externo, Elias (1940-1950/1994) atribui um lugar central à historicidade, no sentido de que o universo humano plural é um produto histórico e assim deve ser compreendido. No processo de desligamento das pessoas em relação às pequenas comunidades, de formação das sociedades mais complexas e dos Estados nacionais, a sociedade aos poucos vai passando a ser vista como um obstáculo ao desfrute de uma vida “natural” ou “autêntica”, como uma “...força fria, hostil, restritiva e opressora” (Elias, 1940-1950/1994, p. 107).

Elias (1940-1950/1994) considera que os seres humanos possuem determinados instintos naturais que reclamam a satisfação imediata das necessidades, chamando a atenção para o fato de que tais instintos tornam as pessoas menos individualizadas, mais iguais umas em relação às outras, como ocorria nas sociedades primitivas: “...quanto mais os atos das pessoas são regidos por forças naturais indomadas dentro delas mesmas, menos elas diferem entre si em seu comportamento” (Elias, 1940-1950/1994, p. 117).

A criação de utopias: quimeras e possibilidades

De forma geral, é possível utilizar o termo utopia, e sua derivação utópico, para tratar do conjunto de autores, de obras e de ações que idealizaram uma configuração social nitidamente distinta da realidade existente. Não obstante, devido ao pensamento marxiano, os termos utopia, utopismo e socialismo utópico adquiriram uma conotação depreciativa. “Todas as formas de expressão socialista não materialistas foram tidas por Marx, Engels e pelos marxistas como incompletas, imaturas, oníricas, ideologias pequeno-burguesas camufladas, impossíveis e outras adjetivações simplistas e pouco lisonjeiras” (Güttler, 1994, p. 21).

A palavra utopia, que em grego significa “em lugar nenhum”, foi introduzida nas línguas europeias a partir da obra-prima redigida por Thomas More (1516/2003), “*A Utopia*” (escrita em latim em 1516), na qual é apresentada uma sociedade ideal, localizada em uma ilha, onde haveria justiça e igualdade para todos os cidadãos. De todo modo, este fato não pressupõe a inexistência de utopistas precursores. Neste grupo, destaca-se Platão que, em Atenas no século IV a.C., apresentou a primeira concepção de sociedade perfeita que se conhece, o diálogo “*A República*”, influência certa sobre muitos utopistas posteriores, incluindo More. De acordo com Platão (1985), na Cidade-Modelo da República cada um deve cumprir o papel que lhe foi determinado:

A cidade organizada pressupõe uma divisão do trabalho; a justiça, uma hierarquia harmoniosa e uma complementaridade entre os diversos componentes da Cidade. Quais são esses diversos componentes? É preciso distinguir, entre eles, os que contribuem para o bem material da Cidade, os que são capazes de defendê-la e os que a dirigem. Os primeiros são os camponeses, os artesãos, os comerciantes; os segundos, os guardiães; os últimos, os filósofos... Não há mais vida privada, família e, conseqüentemente, os afazeres domésticos reservados às mulheres... A vida particular, a propriedade privada e a família, assim suprimidas, e, em sua esteira, o cortejo de egoísmos, ciúmes, e desconfianças mútuas que suscita a posse de bens, de filhos, de esposos e esposas, cedem lugar a um civismo incondicional que assegura a felicidade da cidade (Platão, 1985, p. 32-34).

Sobre a motivação para a realização de utopias, esta varia sensivelmente de acordo com o caráter religioso ou laico que elas assumem. No primeiro caso, os indivíduos que pertencem à sociedade utópica experienciam a vida terrena como condicionante à plenitude não terrena – a utopia definitiva concretiza-se no pós-morte. O mito promete o retorno a um passado ideal perdido. Exemplo do papel fundamental exercido pela moral religiosa no controle do comportamento individual é a descrição do navegador e mestre Rafael Hitlodeu – personagem de “*A Utopia*” de More –, pretendo companheiro de viagem de Américo Vespúcio, sobre a vida dos utopianos:

Nunca discutem acerca da felicidade ou do bem sem acrescentarem às razões filosóficas certos axiomas religiosos sem os quais pensam ser imperfeita e falsa a busca da verdadeira felicidade. Estes são os princípios que os regem: ‘a alma é imortal e a bondade de Deus criou-a para a felicidade’. ‘Depois da morte, as virtudes e boas ações têm a sua recompensa, e as más ações, o seu castigo.’” (More, 1516/2003, p.75).

As utopias laicas, por não contarem com o auxílio da “fé no transcendente”, enfrentam maiores dificuldades para alcançar consenso e, por isso, muitas vezes utilizam a

imposição violenta de um líder ou grupo dirigente para a materialização de propostas utópicas. Observa-se, por exemplo, que os grandes modelos utópicos do século XX tiveram consequências devastadoras: "As ditaduras de Mussolini, Stalin e Hitler fundamentaram-se em conceitos pré-estabelecidos tido como ideais" (Güttler, 1994, p. 24).

O problema da motivação para a realização de utopias encontra-se estreitamente vinculado às questões da coesão grupal e da coordenação. De acordo com Lapassade (1974/1989), a definição lewiniana de grupo enquanto um sistema de forças (dinâmica de grupo) permite distinguir as forças de desenvolvimento, que impulsionam o grupo para o alcance dos fins desejados, e as forças de coesão, que motivam os membros a permanecer no grupo. Em função das finalidades do grupo, são fatores de coesão: "a pertinência das finalidades (será que elas são bem escolhidas?); a clareza das finalidades: isso implica consonância entre os diferentes membros do grupo na percepção das finalidades; a aceitação da finalidade pelos membros" (Lapassade, 1974/1989, p. 68).

Os acordos em relação às finalidades definem as forças de atração; as divergências constituem forças de repulsão. Quando as segundas dominam, observamos processos de esfacelamento dos grupos. Daí a necessidade da imposição violenta para a concretização de modelos sociais não consensuais.

Na Utopia de More, tendo em vista que os utopianos possuem um alto grau de instrução e assim podem se autodeterminar – estando todos de acordo em relação às finalidades estabelecidas – existe apenas um número muito restrito de leis. Os utopianos "têm como suprema injustiça que se obrigue um homem a obedecer a leis que não consegue conhecer, pois são inúmeras e tão obscuras que ninguém as pode compreender com exatidão" (More, 1516/2003, p. 90).

Para construir idealmente sua ilha fictícia o pensador britânico descreve cuidadosamente sua teoria sobre a natureza humana para justificar o estado de equilíbrio e harmonia presente entre os utopianos. A natureza humana, para More, orienta os indivíduos em direção aos prazeres bons e honestos, os encaminhando para a virtude, que consiste em "Viver conforme a natureza, e para isso Deus nos destinou" (More, 1516/2003, p. 76). A felicidade humana se realiza a partir da vivência do prazer.³

Embora os homens difiram entre si no que se refere às aptidões naturais – tendo em vista que, segundo More, na Utopia alguns nascem com maior inclinação para o trabalho intelectual do que outros – a lei natural inspira em todos a bondade, a misericórdia, a ajuda mútua e o respeito aos semelhantes. O prazer é a finalidade de todas as ações humanas, concebido como "todo o movimento ou estado de corpo ou de espírito em que o homem expe-

rimenta um deleite natural" (More, 1516/2003, p. 77). Tanto os sentidos, como a razão, desejam o que é naturalmente agradável e possa ser obtido sem injustiças ou erro; possa ser conseguido sem impedir um prazer maior e sem acarretar consigo esforço doloroso.

O homem que segue o curso da natureza é aquele que se orienta pela razão nos seus apetites e desejos. Ora, a razão inspira, em primeiro lugar, ao homem, o amor e a veneração pela majestade divina, a cuja bondade devemos o ser e a possibilidade de atingir a felicidade. E, em segundo lugar, ensina-nos e incita-nos a viver alegremente e sem tristezas, levando-nos a auxiliar e desenvolver nos outros o respeito pela natureza, que nos leva a obter tal felicidade (More, 1516/2003, p. 76).

Para evitar os falsos prazeres, como a vaidade e o orgulho, e os prazeres "idiotas", como os jogos de azar e a caça, os utopianos estão constantemente expostos ao olhar dos outros. Não existem encontros secretos, tabernas, cervejarias e bordéis. As atividades de caça e o ofício de magarefe⁴ são tarefas reservadas aos escravos. Uma vez que as causas dos vícios, da ambição e da sedição foram extirpadas, os utopianos conseguem viver de acordo com a lei natural e, assim, felizes; não há como ser diferente, em uma sociedade em que nada é particular e o bem comum é considerado com o maior cuidado:

...noutros países, quem não reservar algo para si morrerá de fome, embora o país seja bastante rico. E, por isso, é forçado a preocupar-se mais consigo que com o povo, isto é, com os outros. Em contrapartida, [na Utopia] todas as coisas são comuns e ninguém sente a falta do necessário para o seu uso, pois que os armazéns e celeiros estão mais do que suficientemente abastecidos. Por isso, não são mesquinhos na distribuição, de modo que não há pobres ou mendigos. Embora ninguém possua coisa alguma, todos são ricos. Pois que maior riqueza haverá que viver alegremente, sem cuidados nem preocupações, não tendo de temer pela sua existência, nem incomodado pelos lamentos contínuos da esposa, preocupado com o futuro do filho ou com o dote da filha? (More, 1516/2003, p. 110).

Thomas More, com sua obra "A Utopia", pode ser considerado um dos precursores de todos os grandes utopistas. As obras "A Cidade do Sol", de Tommaso Campanella (1602/1978) – uma espécie de utopia à maneira platônica governada pela razão – e "Nova Atlântida", de Francis Bacon (1627/1988) – onde o autor evidencia suas esperanças utópicas no futuro progresso da ciência – são exemplos de utopias posteriores a More. Observamos, ainda, influências de More nas idéias dos iluministas, dos socialistas utópicos – Fourier (1829/2002), sobretudo – e, mais recentemente, nos escritos de Herbert Marcuse (1969, 1941/1996).

Utopias do século XIX

Não obstante expressões utópicas já venham ocorrendo há milênios, no século XIX o fenômeno utópico adquiriu uma nova força com os pensamentos de Saint-Simon (1803/2002a, 1810/2002b), Owen (1836-1844/2002) e Fourier (1829/2002). Os chamados “socialistas utópicos”, ousando estabelecer mecanismos supostamente práticos, abrangentes e transformadores, preconizavam a superação das dificuldades oriundas da realidade em que viviam. Se as utopias anteriores configuravam-se como devaneios ou encontravam-se restritas a pequenos universos, os utopistas europeus do século XIX, de forma diferente, criaram os princípios do pensamento socialista que tiveram significativa repercussão nas décadas seguintes e motivaram ações no Velho e no Novo mundo (Güttler, 1994).

Até a primeira metade do século XIX o socialismo nascente configurava-se como um conjunto de propostas subversivas em relação ao capitalismo liberal que se impunha na Europa, trazendo consigo um surto abrangente de novos problemas; quer dizer, ainda não tinha sido estigmatizado como teoria utópica. As primeiras décadas do século XIX foram agitadas com manifestações socialistas contrárias a ordem que estava se estabelecendo, em prol do coletivo, dos segmentos sociais majoritários e marginalizados, por meio da apresentação de uma nova forma de relacionamento social (Güttler, 1994). Neste sentido, parcelas da população que pretendiam mudanças acabaram por se identificar com o nascente socialismo, e assim foram surgindo no decorrer dos anos discípulos e adeptos que angariaram fundos para a causa transformadora.

De acordo com Teixeira (2002, p. 97), as duas idéias básicas do socialismo utópico são: “1ª.) a sociedade pode ser reformada a partir de uma comunidade exemplar; 2ª.) a reforma social não depende da ação política nem da tomada do poder.” Percebem-se, desta forma, distinções fundamentais em relação ao pensamento marxiano, o que explica a crítica de Marx aos socialistas de sua época, assim como o sentido pejorativo fornecido pelo autor ao vocábulo utópico. Güttler (1994) ainda indica que Saint-Simon, Owen e Fourier

...possuíam pontos comuns básicos que nos servem de critérios para caracterizá-los como os representantes da nova corrente: enalteceram a questão social em detrimento das demais e buscaram a promoção do bem-estar e da felicidade; não aceitaram a continuação da ordem social que pregava a disputa entre os seres humanos e opostamente defenderam outras formas de convivência no trabalho como a associação, a cooperação, a concórdia, a compreensão etc. Também colocavam nas mãos dos produtores, o desempenho do exercício dos assuntos sociais desprezando desta forma, a ação dos políticos e as propostas políticas (p. 30-31).

A defesa da neutralidade científica, a apologia aos cientistas e a crítica aos políticos são marcas da obra de Saint-Simon. Este pensador francês preconizava, sobretudo, a supremacia de um determinado Conselho de Newton, que deveria ser presidido pelo matemático que obtivesse mais votos da comunidade (Saint-Simon, 1803/2002a). O progresso, em sua concepção, encontrava-se condicionado ao desenvolvimento da ciência, das artes e dos ofícios. Em sua “*Parábola*”, escrita em 1810, criticando a sociedade francesa de sua época, afirmara que são os homens menos capazes, como os príncipes e outros governantes, que dirigiam as pessoas capazes cujas atividades são de utilidade positiva para a sociedade, como os sábios, os artistas e os artesãos; situação esta que deveria ser transformada (Saint-Simon, 1810/2002b).

Robert Owen (1836-1844/2002) propunha a eliminação da propriedade privada e a construção de comunidades agrárias (aldeias-modelo). Em sua definição o socialismo aparecia como um sistema racional baseado na natureza. Para que o ser humano se adaptasse a este novo modelo, Owen destacava a importância fundamental da educação. Para ele, uma vez que o caráter é consequência do meio social e de circunstâncias externas ao homem, a educação seria o meio de transformá-lo.

Por outro lado, para Fourier (1829/2002), que não era contra a propriedade privada, nem preconizava o sistema comunista, a sociedade deveria ser reorganizada por intermédio da associação voluntária de acordo com a chamada “*atração passional*”. Tal projeto, de acordo com Teixeira (2002), refletia as aspirações de uma classe média urbana, prejudicada pelo desenvolvimento capitalista. O “*princípio da Atração Universal*”, a partir do qual Deus havia organizado o mundo, constitui a idéia central de sua obra. Este princípio regeria tanto o mundo físico e material, como o mundo social e espiritual. O Falanstério seria o alicerce de uma estrutura social que se espalharia pelo planeta.

Fourier (1829/2002) valorizava as diferenças tanto subjetivas como objetivas dos societários, procurando harmonizá-las no lugar de exterminá-las, pois em sua concepção a essência divina fez nascer o homem pronto, imutável e fundamentalmente regido por suas paixões; entendia que o trabalho deve atrair, ser sedutor, e assim compatível com as paixões e com a liberdade individual; defendia que as associações geram economia, contudo salientava que estas deviam estar sustentadas em séries passionais, onde os indivíduos estariam unidos apaixonadamente; de forma diferente em relação a Saint-Simon (1803/2002a, 1810/2002b) e Owen (1836-1844/2002), Fourier (1829/2002) não defendia a razão e a ciência como meios fundamentais para a criação de uma nova ordem social, mas sim preconizava a atração passional ou a liberdade das paixões humanas como mola-mestra de sua teoria.

Observa-se, enfim, o caráter paradoxal do pensamento utópico. Por um lado apresenta-se dinâmico e revolucionário, criando situações sociais originais e atraentes; entretanto, por outro lado, ao buscar um estágio ótimo, perfeito e harmonioso, e assim estático, acaba por negar a inconsciência humana e o movimento da história (Güttler, 1994).

As idéias dos socialistas utópicos conheceram sua decadência na segunda metade do século XIX, devido à vitória esmagadora do liberalismo e também como consequência do desenvolvimento do socialismo libertário e do socialismo marxista. Contudo, é necessário destacar que executando os modelos sociais impostos de forma violenta e as micro-comunidades isoladas, geralmente religiosas, não são conhecidos casos bem sucedidos de propostas utópicas em sua totalidade.

Conclusão

Até que ponto a história dos homens é fruto do planejamento racional, traçado com base nos interesses conscientes de determinados indivíduos? Os seres humanos, com efeito, não produzem de forma livre e deliberada os contextos sociais nos quais se encontram inseridos; contudo, paradoxalmente, as sociedades continuam sendo produtos da ação mútua dos homens. A história da humanidade é constituída por um encadeamento, onde toda nova geração, ao iniciar sua existência sobre o planeta, se encontra com as forças produtivas já adquiridas pela geração anterior. Tais forças produtivas são a matéria-prima para uma nova produção. É neste movimento que toda sociedade velha porta uma nova em suas entranhas (Marx, 1966).

A impossibilidade de concretização de utopias, neste sentido, pode ser explicada pelo fato de que, ao invés de propor transformações agindo sobre a sociedade existente, os idealizadores construíam modelos à parte, acreditando na possibilidade de reformar a sociedade por meio de comunidades exemplares. Quais são as possibilidades, então, de mudanças sociais, considerando as relações entre os trabalhadores e as forças produtivas? A estrutura social, enquanto resultado da existência real dos indivíduos, da forma como trabalham e produzem, transforma-se, de fato, à medida que novas forças produtivas vão se desenvolvendo e, nesse processo, o ser humano, trabalhando, transforma sua própria natureza.

A visão sócio-histórica a respeito dos seres humanos difere, assim, da crença na existência de uma natureza humana separada da vida social – seja esta natureza marcada por características como bondade, simplicidade e honestidade, ou por traços como egoísmo, competitividade e preguiça. A assunção de uma ou de outra posição tem implicações significativamente diversas no que se refere à idealização de modelos sociais. A *Utopia*, de More (1516/2003), para funcionar, exige, por exemplo, que a

natureza humana oriente os indivíduos para a virtude; os Falanstérios, de Fourier (1829/2002), para obter sucesso, contam com a existência do “princípio da Atração Universal”, de um homem regido por paixões imutáveis e de um trabalho compatível com tais paixões. Por outro lado, a rejeição da idéia de uma essência a priori que orienta a ação humana põe em outros termos a relação do homem com o trabalho e sua vida social: a sociedade não pode ser entendida simplesmente como um meio externo, mas como elemento fundamental no processo de constituição dos próprios seres humanos, e o trabalho e a história, por sua vez, assumem o lugar central neste processo.

Não obstante à luz das ciências sociais contemporâneas as idéias dos autores apresentados possam ser consideradas, em parte, datadas, românticas ou equivocadas, frequentemente elas podem ser úteis para subsidiar pesquisas na atualidade. Tanto os debates acerca da centralidade do trabalho na configuração do capitalismo no início do século XXI, como os estudos que tratam das possibilidades e dos limites de construir projetos e identidades profissionais em um contexto de reestruturação produtiva, encontram-se sustentados, necessariamente, em determinadas concepções de homem e de sociedade, ainda que nem sempre declaradas. Mediante a exposição do pensamento dos diferentes autores sobre os seres humanos e suas relações, e a respeito da idealização de projetos sociais no decorrer da história, torna-se possível problematizar discussões teóricas e considerações advindas de investigações correntes nas áreas da psicologia e da sociologia do trabalho.

Notas

- ¹ Utopia, segundo Ferreira (1975, p.1434), sendo a denominação atribuída por Thomas More, escritor inglês, a um país imaginário com ótimas condições de vida, pode significar, por extensão, tanto a “descrição ou representação de qualquer lugar ou situação ideais em que vigorem normas e/ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas”, como também “projeto irrealizável; quimera; fantasia.”
- ² More, enquanto um humanista renascentista, procurava integrar o pensamento dos filósofos antigos na concepção cristã de vida. Assim, por exemplo, utiliza a idéia platônica da imortalidade da alma e defende a existência de recompensas de uma vida futura após a morte do corpo.
- ³ Podemos sugerir, considerando a concepção de More sobre o prazer e a virtude, que este autor renascentista, buscando integrar a concepção cristã ao pensamento filosófico da Antiguidade, utiliza elementos do epicurismo e do estoicismo em sua obra. De acordo com a doutrina de Epicuro (341-270 a.C.), o bem soberano identifica-se com o prazer, que deve ser encontrado na prática da virtude e na cultura do espírito. O estoicismo, por sua vez, designação comum às doutrinas do filósofo grego Zenão de Cício (340-264 a.C.) e seus seguidores, caracteriza-se pela consideração do problema moral. Na visão do estoicismo, os sábios devem atingir o ideal supremo da felicidade – a imperturbabilidade – por intermédio do equilíbrio e da moderação na escolha dos prazeres sensíveis e espirituais (ataraxia).

- ⁴ De acordo com Ferreira (1975), magarefe é a pessoa que mata e esfolia, nos matadouros, animais (quadrúpedes) que são utilizados na alimentação humana.

Referências

- Bacon, F. (1988). Nova Atlântida. In F. Bacon. *Novum organum, ou, Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida* (pp. 233-272). São Paulo, SP: Nova Cultural. (Original publicado em 1627)
- Bianchi, A. M. (1988). *A pré-história da economia: De Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Campanella, T. (1978). A Cidade do Sol. In G. Bruno, G. Galilei & T. Campanella. *Sobre o infinito, o universo e os mundos. O ensaiador. A Cidade do Sol: Os pensadores* (pp. 243-295). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1602)
- Elias, N. (1994). Problemas da autoconsciência e da imagem do homem. In N. Elias. *A sociedade dos indivíduos* (pp. 61-125). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1940-1950)
- Ferreira, A. B. H. (1975). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Fourier, F. M. C. (2002). O novo mundo industrial e societário. In A. Teixeira (Ed.), *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época* (pp. 67-96). Rio de Janeiro, RJ: Record. (Original publicado em 1829)
- Güttler, A. C. (1994). *A colonização do Saí (1842-1844): Esperança de falanstério: Expectativa de um governo*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Hobbes, T. (1983). *A natureza humana*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional. (Original publicado em 1650)
- Johnson, P. (2000). A humanidade tem capitalismo no sangue [Edição especial]. *Veja*, 33(52), 162-165.
- Lapassade, G. (1989). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves. (Original publicado em 1974)
- Marcuse, H. (1969). *O fim da utopia*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Marcuse, H. (1996). Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, 1, 113-140. (Original publicado em 1941)
- Marx, K. (1966). Carta de Marx a P. V. Annenkov, de 28 dez. 1846. In K. Marx & F. Engels. *Obras escolhidas: Vol. 3* (pp. 244-253). Rio de Janeiro, RJ: Vitória.
- Marx, K. (1968). Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In K. Marx, *O Capital: Vol. I. Livro Primeiro* (pp. 201-223). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1867)
- More, T. (2003). *A Utopia*. São Paulo, SP: Martin Claret. (Original publicado em 1516)
- Owen, R. (2002). O livro do novo mundo moral. In A. Teixeira (Ed.), *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época* (pp. 101-146). Rio de Janeiro, RJ: Record. (Original publicado em 1836-1844)
- Platão (1985). *A República* (B. Pieltre, Apres.). Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília.
- Rousseau, J. (1988). Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In J. Rousseau. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes* (pp. 5-124). São Paulo, SP: Nova Cultural. (Original publicado em 1755)
- Saint-Simon, H. (2002a). Um sonho. In A. Teixeira (Ed.), *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época* (pp. 51-56). Rio de Janeiro, RJ: Record. (Original publicado em 1803)
- Saint-Simon, H. (2002b). Parábola. In A. Teixeira (Ed.), *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época* (pp. 57-61). Rio de Janeiro, RJ: Record. (Original publicado em 1810)
- Teixeira, A. (Ed.). (2002). *Utópicos, heréticos e malditos: Os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Iúri Novaes Luna é Psicólogo, Mestre em Administração e doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente do Curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), supervisor de estágios em Orientação Profissional e Psicologia Organizacional e do Trabalho, coordenador do Núcleo de Pesquisa Trabalho e Subjetividade (NPTS) e do Projeto Identidade Profissional, da UNISUL. Endereço para correspondência: Rua Professor José Brasilício de Souza, 100, apto 704. Florianópolis, SC, 88036-530. Telefone: (48) 3233-6337. inluna@ig.com.br

Seres Humanos, Trabalho e Utopias

Iúri Novaes Luna
 Recebido: 22/08/2006
 1ª revisão: 09/02/2007
 Aceite final: 10/04/2007